



ATAS

ATA DUZENTOS E DOZE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CENTRO DE APOIO A IDOSOS DE PORTIMÃO, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO.....

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, na sede social do Centro de Apoio a Idosos de Portimão, sita na Avenida São João de Deus, número dois, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia Geral, ao abrigo do disposto nos artigos trigésimo sétimo e trigésimo oitavo, parágrafo dois dos Estatutos da Associação, em conformidade com a execução do parágrafo quinto do mesmo artigo trigésimo sétimo, tendo como ordem de trabalhos os constantes na respetiva convocatória, a saber:

Ponto um - *Leitura e votação da ata da sessão anterior*.....

Ponto dois - *Apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o ano de dois mil e vinte e seis e respetivo Parecer do Conselho Fiscal.*

Ponto três – *Discussão sobre a situação atual do acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP. – Centro Distrital de Faro relativo à Casa de Acolhimento Residencial “A Catraia” e da viabilidade de manutenção da referida resposta social*.....

Ponto quatro – *Outros assuntos.*

Por não se ter verificado quórum regulamentar à hora marcada, às vinte horas, viria a Assembleia a funcionar em segunda convocatória, no mesmo local e para os mesmos efeitos meia hora depois, com a presença de 15 sócios.....

A mesa foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Dr. Pedro Rosado, e secretariada pelo Primeiro Secretário Sr. Abílio Lima e pela Segunda Secretária Dra. Ana Fazenda, e a convite do Presidente da Mesa, pela sócia Dr.ª Helena Figueiredo.....

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu como aberta a sessão, deu as boas vindas aos sócios presentes e, de seguida, solicitou à Dra. Ana Fazenda para, em cumprimento do ponto um da ordem de trabalhos, que procedesse à leitura da ata da sessão anterior, que posteriormente foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de seguida passou para a análise do ponto dois da ordem de trabalhos: *Apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o ano de dois mil e vinte e seis e respetivo Parecer do Conselho Fiscal*, tendo dado a palavra ao Presidente da Direção, Dr. Figueiredo, que cumprimentou os sócios presentes, e solicitou a intervenção do Dr. Catarino, na sua condição de Tesoureiro, que explicasse aos sócios os elementos constantes no Orçamento previsional para o ano de 2026.

Neste contexto, o Dr. Catarino cumprimentou os presentes e informou que se trata de um documento previsional que vem na sequência de outros orçamentos e da política da instituição.....

A perspetiva existente é que se vai fechar o ano com um saldo positivo, o que se deve ao trabalho da Direção e na pessoa do Sr. Presidente e de toda a equipa que constitui esta instituição, que efetuou a implementação de medidas de controlo de despesas, perspetivando-se o fecho do ano , com um resultado liquido de 11.807€ (onze mil e

Ata nº212/25

ATAS

oitocentos e sete euros), resultante de um valor de 4.527.685€ (Quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil euros e seiscentos e oitenta e cinco euros) de gastos e a quantia 4.539.912€ (Quatro milhões, quinhentos e trinta e nove mil euros e novecentos e doze euros) de rendimentos.

Relativamente à realização de 2025, a maior rubrica de gastos respeita a encargos com o pessoal, na ordem de 60%. Espera-se que a comparticipação da Segurança Social venha acompanhar a subida do salário mínimo nacional, para que não se verifique repercussões nas despesas com pessoal.

É intuito da Direção assegurar um controle nos gastos para manter um equilíbrio orçamental.

O Dr. Catarino informou que se prevê um investimento em curso no ano de 2026, no valor de 500 mil euros para a edificação do Bloco 1, 2 e 3 do edifício E do projeto de construção da valência de medicina física e de reabilitação, o qual será objeto de uma candidatura ao Contrato Programa de Desenvolvimento Social 2026, promovido pela Câmara Municipal de Portimão.....

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou os sócios sobre se existiam questões a colocar, não se tendo verificado qualquer intervenção.

Em seguida Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal, que pronuncia parecer positivo, colocando à aprovação dos sócios o Plano de Ação Previsional, bem como a Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para o ano de 2026, pelo que submetidos à votação foram, os referidos documentos, aprovados por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início à análise do ponto três da ordem de trabalhos, referindo que este ponto já tinha sido abordado na Assembleia Geral anterior, que se reporta à resposta social "A Catraia", referiu que nos Estatutos do CAIP para além da assistência aos idosos integra também a proteção às crianças e jovens. Ressalvou a preocupação da Direção em abordar novamente este tema uma vez que sempre foi perspectiva da mesma a ampliação de respostas por parte do CAIP e nunca qualquer medida que invisibilize a sua continuidade.

O Presidente da Direção tomou a palavra e referiu que a Direção sentiu premência em apresentar as dificuldades relacionadas com o acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP. – Centro Distrital de Faro relativo à Casa de Acolhimento Residencial "A Catraia", aos sócios no sentido de os sensibilizar para os constrangimentos existentes mas para que também possam neste contexto surgir propostas não equacionadas.

O Dr. Figueiredo referiu que as instituições para reproduzirem serviços têm de apresentar receitas, não se afigura como legítimo apresentar resultados positivos pela alienação de património. Evidenciou que a resposta social "A Catraia" tem uma equipa pesada, a nível de exigências de afetação de recursos humanos, o que não lhe retira a sua valorização pelo corpo técnico especializado e dedicado, bem como pelo pessoal

Ata nº212/25

ATAS

competente, no desenvolvimento desta missão tão nobre como é a intervenção social na infância e juventude.....

O Presidente da Direção acrescentou que nos últimos três anos a valência Catraia acumulou 200 mil euros de prejuízo e que só no presente ano foram 60 mil euros de deficit. Referiu que a Direção ao apresentar estes resultados não se consegue responsabilizar por eles, uma vez que após 2 anos de negociações com a Segurança Social, as dificuldades e constrangimentos mantêm-se para proceder à atualização correspondente ao acordo de cooperação. Clarificou que as respostas sociais destinadas ao apoio aos idosos suportam as despesas da Catraia, uma vez que não se constitui como uma resposta auto-sustentada, como seria desejável, o que deixa a Direção num dilema entre o plano dos afetos e o plano da sustentabilidade.....

O Dr. Figueiredo evidenciou que este dilema se tem prolongado no tempo e sem respostas concretas da Segurança Social, que numa primeira fase ao exigir obras de requalificação do espaço para a prossecução da revisão do acordo de cooperação, assegurou que as mesmas iriam ser suportadas por verbas provenientes das receitas dos jogos da Santa Casa, o que não se concretizou, verificam-se neste momento que as obras a executar serão suportadas integralmente pelo CAIP. Referiu ainda que não se compreende que a relação da Segurança Social com as instituições, que no seu exercício substituem a função do Estado, assumam uma função meramente de policiamento e não de apoio efetivo, como seria o espetável. É de evidenciar o facto de que não foi aprovado Segurança Social o apoio financeiro para a aquisição de um veículo para assegurar o transporte das crianças para a escola. A Direção sente-se defraudada pelo facto de existir um Estado de Bem-Estar Social que não o promove.....
Aguarda-se que em breve termine este longo do processo de negociação de revisão do acordo de cooperação da Catraia, no entanto como ainda não existem garantias, importa sensibilizar os sócios para todas estas questões.....

O sócio Sr. Carlos Estanislau solicitou a palavra para referir que os portimonenses não têm noção do trabalho que é desenvolvido e que seria importante empreender mais campanhas de marketing social para dar mais visibilidade à Catraia. Acrescentou que não compreende como é possível a autarquia despende de verbas avultadas para as festas e não existir verba disponível para comprar uma carrinha para a Catraia.

O sócio Sr. ^{2. Vitor} ~~Alfonso~~ Vidigal solicitou a palavra evidenciando que a sociedade civil de uma forma geral está de costas voltadas para as instituições e para as suas necessidades, no entanto compete ao governo e aos municípios dar mais apoios, uma vez que esta deverá ser a sua obrigação. Referiu que é lamentável as dificuldades pelas quais a instituição se está a debater e que percebe que não é justo serem as respostas para os idosos que garantam a subsistência da resposta para as crianças.

A sócia Dr.ª Ana Fazenda referiu que ficou incomodada com todos os constrangimentos apresentados, uma vez que a Catraia é uma resposta social de referência no Algarve, que assegura os cuidados de crianças em situação de risco. Acrescentou que estas crianças são colocadas pelo Tribunal ou CPCJ e que as suas

Ata nº212/25



ATAS

famílias por diversas razões não têm condições para assegurar os seus cuidados e proteção e que por esse motivo temos o dever de fazer pressão para que esta situação de ultrapasse junto das estruturas nacionais e do poder local.

A sócia Dr.ª Ana Fazenda questionou o Presidente da Direção se já teriam sido colocadas à autarquia todas estas necessidades, mais especificamente um apoio para a aquisição da carrinha.....

O Presidente da Direção congratulou a presença e intervenção dos associados que são familiares de utentes e o facto de compreenderem as dificuldades e limitações com que a instituição se debate. Evidenciou que a Direção tem sido insistente nas questões relacionadas à continuidade da Catraia, desenvolvendo várias diligências junto das instâncias competentes. Relativamente aos apoios da Câmara Municipal de Portimão, referiu que todos os anos o CAIP se candidata aos apoios do Contrato Programa, mas que para esse efeito tem de existir por parte desta instituição a capacidade de suportar 30% dos apoios solicitados, constituindo-se assim como apoios pontuais e não estruturais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentou à votação dos sócios presentes a possibilidade de emitir uma menção de apoio à Direção para evidenciar junto das entidades competentes a necessidade de se encontrar uma solução para a resposta social a Catraia, através da constituição de acordos de cooperação que garantam a sustentabilidade e viabilidade da mesma. Submetida a votação, a menção foi aprovada por unanimidade.

Concluída a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença dos sócios, e passou a palavra ao Primeiro Secretário Sr. Abílio Lima, que desejou a todos Festas Felizes.

Pelas vinte e duas horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada e autenticada.

--- Corrigimos "Abilio" e rectificamos o nome do associado para "Abílio" ---

Presidente da Assembleia Geral

Primeiro Secretário

Segunda Secretária

Secretária.....

Ata nº212/25